



Limeira-SP

DECRETO MUNICIPAL Nº 47/2026, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026

Regulamenta a apresentação de documentos e projetos para regularização onerosa de construções já edificadas em desconformidade à legislação urbanística, conforme disposto na Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017 e alterações.

MURILO BERBERT AVIGO FÉLIX, Prefeito Municipal de Limeira, Estado de São Paulo,

NO EXERCÍCIO de suas funções, em atenção às disposições legais,

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017 e alterações;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização de documentos e projetos de regularização onerosa de obras particulares, para aprovações junto à Prefeitura Municipal de Limeira, e

CONSIDERANDO o que consta na Comunicação Interna - CI 1.768/2026,

DECRETA:

Art. 1º Ficam instituídos os Anexos 01-A, 01-B, 02-A, 02-B, 03-A, 03-B, 03-C, 03-D, 03-E, 04-A, 04-B, 05-A, 05-B, 06, 07, 08 e 09 como documentos necessários para a aprovação dos projetos de regularização onerosa:

I - Modelo de "Requerimento", conforme inciso I do [art. 5º da Lei Complementar nº 782/2017](#) e alterações:

- a) Anexo 01-A - modelo de "Requerimento" para proprietário pessoa física;
- b) Anexo 01-B - modelo de "Requerimento" para proprietário pessoa jurídica;

II - Modelo de "Procuração Específica", conforme inciso III do art. 5º da Lei Complementar nº 782/2017 e alterações:

- a) Anexo 02-A - modelo de "Procuração Específica" para proprietário pessoa física;
- b) Anexo 02-B - modelo de "Procuração Específica" para proprietário pessoa jurídica;

III - Modelos de Projeto, conforme inciso V do [art. 5º](#), [art. 8-A](#) e [art. 13-A, ambos da Lei Complementar nº 782/2017](#) e alterações:

a) Anexo 03-A - modelo de "Projeto Simplificado" para regularização onerosa de imóvel residencial unifamiliar, conforme inciso V do [art. 5º da Lei Complementar nº 782/2017](#) e alterações;

b) Anexo 03-B - modelo de "Projeto Simplificado" para regularização onerosa de imóvel comercial, serviços, industrial, institucional etc. conforme inciso V do [art. 5º da Lei Complementar nº 782/2017](#) e alterações;

c) Anexo 03-C - modelo de "Projeto de Adequações", conforme § 1º [art. 8-A da Lei Complementar nº 782/2017](#) e alterações;

d) Anexo 03-D - modelo de "Projeto Simplificado de Regularização Onerosa e Regularização", para imóvel residencial unifamiliar, conforme [art. 13-A, da Lei Complementar nº 782/2017](#) e alterações;

e) Anexo 03-E - modelo de "Projeto Simplificado de Regularização Onerosa e Regularização", para imóvel comercial, serviços, industrial, institucional etc. conforme [art. 13-A, da Lei Complementar nº 782/2017](#) e alterações;

IV - Modelo de "Declaração de Existência ou Inexistência de Ação Judicial", conforme inciso VI do [art. 5º da Lei Complementar nº 782/2017](#) e alterações:

- a) Anexo 04-A - modelo de "Declaração de Existência ou Inexistência de Ação Judicial" para proprietário pessoa física;
- b) Anexo 04-B - modelo de "Declaração de Existência ou Inexistência de Ação Judicial" para proprietário pessoa jurídica;

V - Modelo de "Declaração de Enquadramento", conforme inciso VII do [art. 5º da Lei Complementar nº 782/2017](#) e alterações:

- a) Anexo 05-A - modelo de "Declaração de Enquadramento" para proprietário pessoa física;
- b) Anexo 05-B - modelo de "Declaração de Enquadramento" para proprietário pessoa jurídica;

VI - Anexo 06 - modelo de "Declaração de Atendimento às Normas Sanitárias", conforme § 1º do [art. 2º da Lei Complementar nº 782/2017](#) e alterações;

VII - Anexo 07 - modelo de "Declaração de Autônomo", conforme § 5º do [art. 9º da Lei Complementar nº 782/2017](#) e alterações.

VIII - Anexo 08 - Boletim de Informação Cadastral, anexo I da LC nº 822/2018, conforme inciso XII do [art. 5º da Lei Complementar nº 782/2017](#) e alterações.

IX - Anexo 09 - modelo de Laudo Técnico, conforme inciso XIII do art. 5º da Lei Complementar nº 782/2017 e alterações. Art. 2º As diretrizes para a doação das mudas, incluindo a relação das espécies arbóreas, em atenção ao inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 782/2017 e alterações, ficam instituídas pelo Anexo 10.

Art. 3º Para a solicitação de aprovação dos projetos de regularização onerosa, deverá ser apresentada a documentação mínima indicada no [art. 5º da Lei Complementar nº 782/2017](#) e alterações, assim como os documentos elencados abaixo, da seguinte forma:

I - Uma via de Requerimento devidamente preenchido, nos moldes dos Anexos 01-A e/ou 01-B;

II - Uma cópia da Certidão da Matrícula do imóvel, com data de emissão de até 90 (noventa) dias. Caso a mesma não esteja registrada no nome do(s) atual(is) proprietário(s), deverá ser apresentada também uma cópia da Escritura Pública ou cópia do Contrato de Venda e Compra vigente;

III - Uma via de Procuração específica, nos moldes dos Anexos 02-A e/ou 02-B, em nome do proprietário/compromissário;

IV - Uma cópia do documento oficial com foto que contenha ao menos o Registro Geral (RG) e o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do proprietário, bem como sua assinatura, quando for pessoa física, ou o Estatuto ou Contrato Social, caso o proprietário for pessoa jurídica, incluindo o documento oficial com foto do representante da pessoa jurídica;

V - Uma cópia do documento oficial com foto contendo a numeração do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do procurador elencado na Procuração específica;

VI - Uma via de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), emitida pelo responsável técnico com habilitação pelo respectivo conselho profissional (CREA/CAU/CRT), devidamente quitada, com a indicação das atividades técnicas pertinentes e assinada pelo proprietário do imóvel e pelo profissional quando houver exigência do respectivo Conselho;

VII - Uma via de Projeto Simplificado, nos moldes dos Anexos 03-A, 03-B, 03-D ou 03-E, para análise;

VIII - Uma via de Declaração de Existência ou Inexistência de Ação Judicial, nos moldes dos Anexos 04-A ou 04-B, devidamente preenchida e assinada pelo(s) proprietário(s)/compromissário(s);

IX - Uma via de Declaração de Enquadramento, nos moldes dos Anexos 05-A ou 05-B, devidamente preenchida e assinada pelo(s) proprietário(s)/compromissário(s) e pelo responsável técnico;

X - Uma via do Boletim de Informação Cadastral (BIC), conforme Anexo I da [Lei Complementar nº 822/2018](#) devidamente preenchido e assinado;

XI - Uma via de Laudo Técnico, nos moldes do Anexo 09, devidamente preenchido e assinado pelo(s) proprietário(s)/compromissário(s) e pelo responsável técnico;

§ 1º A cópia da Certidão de Matrícula do imóvel, indicada no inciso II deste artigo deverá ser apresentada em uma via, tendo validade a cópia simples da versão emitida pelo Oficial de Registro de Imóveis de Limeira competente, assim como da versão eletrônica, emitida pelo Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis.

§ 2º As declarações emanadas pelo proprietário do imóvel deverão ser devidamente assinadas por este, sendo vedada a sua assinatura por procuração simples, assim como as declarações do responsável técnico.

§ 3º Não serão admitidos documentos de qualquer natureza que contenham rasuras ou que não estejam legíveis e devidamente assinados e/ou rubricados pelo proprietário e pelo responsável técnico.

§ 4º Para todos os documentos nos quais são solicitados o reconhecimento de firma, poderá ser efetuado o reconhecimento por funcionário público através da apresentação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura e, em não havendo semelhança, será solicitada a assinatura presencial, facultado ao interessado o reconhecimento em cartório.

§ 5º Em complementação aos documentos elencados nos incisos I a XI deste artigo, poderão ser exigidos pela Municipalidade, ainda, outras documentações complementares a fim de instruir devidamente os autos, de acordo com sua complexidade.

Art. 4º Havendo exigência de apresentação de Estudo de Incômodo ou Impacto de Vizinhança e o respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV, conforme § 3º do [art. 2º](#) e inciso IV do [art. 7º](#), ambos da [Lei Complementar nº 782/2017](#) e alterações, este deverá ser protocolado em processo próprio, atendendo aos dispostos na [Lei Complementar nº 442/2009](#) e suas alterações, bem como no [Decreto nº 301/2011](#), ou o que vier a sucedê-lo.

Art. 5º Para os efeitos de comprovação da titularidade, deverá ser observado:

I - Os dispostos nos artigos 1.196 e 1.199 do [Código Civil Brasileiro - Lei Federal nº 10.406/02](#), e [art. 19 do Código Tributário Municipal - Lei Municipal nº 1.890/1983](#), com respeito ao exercício do direito de posse;

II - Espólio: nos documentos e projetos deverá constar a expressão "Espólio" na frente do nome do proprietário e estes deverão ser assinados pelo(a) inventariante ou, na ausência de inventariante, por todos os herdeiros/sucessores;

III - Usufruto: nos documentos e projetos, assim como na procuração, deverá constar o nome e a assinatura do(s) nu-proprietário(s) e do(s) usufrutuário(s);

IV - Menor de idade: Nos documentos e projetos deverá constar o nome do menor e a assinatura dos pais ou do tutor designado pelo Juízo, devendo ser apresentada cópia do Registro Geral (RG) e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de todos.

Art. 6º Em complementação aos dispostos neste Decreto, deverão ser observados também os dispostos no [Decreto nº 299/2025](#) que regulamenta o [art. 55-A da Lei nº 3.877/2004](#), acrescido pela [Lei nº 6.919/2023](#), assim como o [Decreto nº 391/2018](#), ou o que vier a sucedê-lo, que regulamenta os documentos e procedimentos quanto às aprovações de projetos em geral, no Município de Limeira.

Art. 7º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se o [Decreto nº 8, de 3 de janeiro de 2024](#).

PAÇO MUNICIPAL DE LIMEIRA, aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

MURILO HERBERT AVIGO FÉLIX

Prefeito Municipal

PUBLICADO no Gabinete do Prefeito Municipal de Limeira, aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis.

VILMA DANIELA LOPES

REQUERIMENTO

Eu, **Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a)**, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, venho respeitosamente solicitar a análise e a aprovação da **REGULARIZAÇÃO ONEROSA** do imóvel abaixo descrito, cuja documentação segue anexa, nos termos da Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, e alterações, bem como demais legislações pertinentes.

DECLARO, ainda, que estou de acordo que os dados pessoais informados nos documentos apresentados serão utilizados para a instrução do processo administrativo e para atualização do Cadastro Fiscal do Município de Limeira, conforme Lei Municipal nº 1.890/1983 e Lei Federal nº 13.709/2018.

Limeira, xx de xxxxxx de 20xx.

Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a)

Dados Complementares

Do(a) Proprietário(a)/ Compromissário(a) :

Nome:

CPF nº:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Da Obra:

Inscrição Cadastral:

Matrícula/CRI:

Endereço completo:

Cidade: Limeira/SP

Telefone:

E-mail:

ANEXO 01-A: REQUERIMENTO - PROPRIETÁRIO PESSOA FÍSICA

O reconhecimento de firma poderá ser efetuado por funcionário público através de representação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura do proprietário e em não havendo semelhança será solicitada a assinatura presencial facultando ao interessado o reconhecimento em Cartório.

REQUERIMENTO

Eu, **Nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica**, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, representante legalmente instituído da Razão Social da Pessoa Jurídica, CNPJ nº _____, com sede na Rua/Avenida, nº _____, Bairro _____, Cidade/UF, venho respeitosamente solicitar a análise e a aprovação da **REGULARIZAÇÃO ONEROSA** do imóvel abaixo descrito, cuja documentação segue anexa, nos termos da Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, e alterações, bem como demais legislações pertinentes.

DECLARO, ainda, que estou de acordo que os dados pessoais informados nos documentos apresentados serão utilizados para a instrução do processo administrativo e para atualização do Cadastro Fiscal do Município de Limeira, conforme Lei Municipal nº 1.890/1983 e Lei Federal nº 13.709/2018.

Limeira, de de 20 .

Preencher nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica / Razão Social

Dados Complementares

Da Proprietária/ Compromissária:

Razão Social:

Nome Fantasia (opcional):

CNPJ nº:

Endereço completo:

Cidade/UF:

CEP:

Da Obra:

Inscrição Cadastral:

Matrícula/CRI:

Endereço completo:

Cidade: Limeira/SP

Telefone:

E-mail:

ANEXO 01-B: REQUERIMENTO - PROPRIETÁRIO PESSOA JURÍDICA

O reconhecimento de firma poderá ser efetuado por funcionário público através de representação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura do proprietário e em não havendo semelhança será solicitada a assinatura presencial facultando ao interessado o reconhecimento em Cartório.

PROCURAÇÃO

Por este instrumento de procuração por mim subscrito, eu **Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a)**, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, estabelecido e domiciliado à Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, UF _____, CEP _____, nomeio e constituo como meu/minha procurador(a), **Nome do Procurador**, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, para representar-me perante a **Prefeitura Municipal de Limeira**, com amplos e gerais poderes, podendo assinar projetos em geral, memoriais, requerimentos, requerer habite-se, certidões, vistorias, parcelamento de dívidas e/ou demais documentos necessários para o total e fiel cumprimento do fim a que se destina esta procuração relacionada ao imóvel descrito abaixo.

Limeira, de _____ de 20__.

Preencher nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a)

Dados Complementares

Da Obra:

Inscrição Cadastral:

Matrícula/CRI:

Endereço:

Bairro:

Cidade: Limeira/SP

ANEXO 02-A: PROCURAÇÃO ESPECÍFICA - PROPRIETÁRIO PESSOA FÍSICA

O reconhecimento de firma poderá ser efetuado por funcionário público através de representação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura do proprietário e em não havendo semelhança será solicitada a assinatura presencial facultando ao interessado o reconhecimento em Cartório.

PROCURAÇÃO

Por este instrumento de procuração por mim subscrito, eu **Nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica**, portador(a) do Registro Geral (RG) nº , inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº , representante legalmente instituído da Razão Social da Pessoa Jurídica, CNPJ nº , sede na Rua/Avenida nº , Bairro , Cidade , UF CEP , nomeio e constituo como procurador(a), **Nome do Procurador**, portador(a) do Registro Geral (RG) nº , inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº , para representá-la perante a **Prefeitura Municipal de Limeira**, com amplos e gerais poderes, podendo assinar projetos em geral, memoriais, requerimentos, requerer habite-se, certidões, vistorias, parcelamento de dívidas e/ou demais documentos necessários para o total e fiel cumprimento do fim a que se destina esta procuração relacionada ao imóvel descrito abaixo.

Limeira, de de 20 .

Preencher nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica / Razão Social

Dados Complementares

Da Obra:

Inscrição Cadastral:

Matrícula/ CRI:

Endereço:

Bairro:

Cidade: Limeira/SP

ANEXO 02-B: PROCURAÇÃO ESPECÍFICA - PROPRIETÁRIO PESSOA JURÍDICA

O reconhecimento de firma poderá ser efetuado por funcionário público através de representação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura do proprietário e em não havendo semelhança será solicitada a assinatura presencial facultando ao interessado o reconhecimento em Cartório.

ANEXO 03-C

[illegible]

PROJETO DE ADEQUAÇÕES
CONFORME § 1º DO ART 8-A - LC. 782/2017 E ALTERAÇÕES

ANEXO 03-D

[illegible]

MODELO DE PROJETO SIMPLIFICADO DE REGULARIZAÇÃO ONEROSA E REGULARIZAÇÃO - RESIDENCIAL
CONFORME ART. 13-A DA LC Nº 782/2017 E ALTERAÇÕES

ANEXO 03-E

ATENÇÃO: textos em ROXO são meramente orientações e lembretes. NÃO PODEM CONSTAR EM PROJETO!

PAV. INTERIOR
1:25

PAV. EXTERIOR
1:25

CORTA TRANSVERSAL
1:25

LEGENDA DE CORES

- Área de cobertura
- Área de circulação
- Área de lazer
- Área de serviço
- Área de cozinha
- Área de banheiro
- Área de quarto
- Área de sala
- Área de garagem
- Área de jardim
- Área de estacionamento
- Área de paisagem
- Área de infraestrutura
- Área de utilidade
- Área de manutenção
- Área de segurança
- Área de comunicação
- Área de energia
- Área de água
- Área de esgoto
- Área de gás
- Área de telefonia
- Área de internet
- Área de TV
- Área de áudio
- Área de vídeo
- Área de som
- Área de iluminação
- Área de climatização
- Área de ventilação
- Área de umidade
- Área de temperatura
- Área de pressão
- Área de velocidade
- Área de direção
- Área de posição
- Área de orientação
- Área de identificação
- Área de classificação
- Área de categorização
- Área de hierarquia
- Área de estrutura
- Área de conteúdo
- Área de formato
- Área de tamanho
- Área de cor
- Área de textura
- Área de brilho
- Área de transparência
- Área de opacidade
- Área de visibilidade
- Área de acessibilidade
- Área de usabilidade
- Área de funcionalidade
- Área de eficiência
- Área de eficácia
- Área de efetividade
- Área de impacto
- Área de influência
- Área de interação
- Área de comunicação
- Área de relacionamento
- Área de conexão
- Área de integração
- Área de harmonização
- Área de equilíbrio
- Área de estabilidade
- Área de segurança
- Área de proteção
- Área de defesa
- Área de ataque
- Área de guerra
- Área de paz
- Área de amor
- Área de ódio
- Área de vida
- Área de morte
- Área de nascimento
- Área de morte
- Área de renascimento
- Área de transformação
- Área de evolução
- Área de regressão
- Área de progresso
- Área de regressão
- Área de avanço
- Área de recuo
- Área de movimento
- Área de parada
- Área de ação
- Área de inação
- Área de atividade
- Área de inatividade
- Área de trabalho
- Área de descanso
- Área de estudo
- Área de recreio
- Área de esporte
- Área de lazer
- Área de cultura
- Área de educação
- Área de saúde
- Área de bem-estar
- Área de qualidade de vida
- Área de sustentabilidade
- Área de responsabilidade
- Área de cidadania
- Área de participação
- Área de engajamento
- Área de comprometimento
- Área de dedicação
- Área de entrega
- Área de excelência
- Área de perfeição
- Área de harmonia
- Área de equilíbrio
- Área de estabilidade
- Área de segurança
- Área de proteção
- Área de defesa
- Área de ataque
- Área de guerra
- Área de paz
- Área de amor
- Área de ódio
- Área de vida
- Área de morte
- Área de nascimento
- Área de morte
- Área de renascimento
- Área de transformação
- Área de evolução
- Área de regressão
- Área de progresso
- Área de regressão
- Área de avanço
- Área de recuo
- Área de movimento
- Área de parada
- Área de ação
- Área de inação
- Área de atividade
- Área de inatividade
- Área de trabalho
- Área de descanso
- Área de estudo
- Área de recreio
- Área de esporte
- Área de lazer
- Área de cultura
- Área de educação
- Área de saúde
- Área de bem-estar
- Área de qualidade de vida
- Área de sustentabilidade
- Área de responsabilidade
- Área de cidadania
- Área de participação
- Área de engajamento
- Área de comprometimento
- Área de dedicação
- Área de entrega
- Área de excelência
- Área de perfeição

Tabela de Materiais

Item	Quantidade	Unidade	Observações
1	1000	m²	Cimento Portland
2	500	m³	Concreto Armado
3	100	m²	Tijolo Cerâmico
4	50	m²	Revestimento
5	10	m²	Forro
6	5	m²	Porta
7	2	m²	Janela
8	1	m²	Escada
9	1	m²	Sanitário
10	1	m²	Cozinha
11	1	m²	Sala
12	1	m²	Quarto
13	1	m²	Banheiro
14	1	m²	Garagem
15	1	m²	Jardim
16	1	m²	Estacionamento
17	1	m²	Paisagem
18	1	m²	Infraestrutura
19	1	m²	Utilidade
20	1	m²	Manutenção
21	1	m²	Segurança
22	1	m²	Comunicação
23	1	m²	Energia
24	1	m²	Água
25	1	m²	Esgoto
26	1	m²	Gás
27	1	m²	Telefonia
28	1	m²	Internet
29	1	m²	TV
30	1	m²	Áudio
31	1	m²	Vídeo
32	1	m²	Som
33	1	m²	Iluminação
34	1	m²	Climatização
35	1	m²	Ventilação
36	1	m²	Umidade
37	1	m²	Temperatura
38	1	m²	Pressão
39	1	m²	Velocidade
40	1	m²	Direção
41	1	m²	Posição
42	1	m²	Orientação
43	1	m²	Identificação
44	1	m²	Classificação
45	1	m²	Categorização
46	1	m²	Hierarquia
47	1	m²	Estrutura
48	1	m²	Conteúdo
49	1	m²	Formato
50	1	m²	Tamanho
51	1	m²	Cor
52	1	m²	Textura
53	1	m²	Brilho
54	1	m²	Transparência
55	1	m²	

MODELO DE PROJETO SIMPLIFICADO DE REGULARIZAÇÃO ONEROSA E REGULARIZAÇÃO - DEMAIS ATIVIDADES
CONFORME ART. 13-A DA LC Nº 782/2017 E ALTERAÇÕES

**DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL QUE VERSE SOBRE O IMÓVEL OBJETO DA
REGULARIZAÇÃO ONEROSA**

Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a), portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, estabelecido e domiciliado à Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, UF _____, CEP _____, proprietário(a) do imóvel localizado à Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, inscrito no Cadastro Municipal sob o nº _____, para fins de atendimento ao disposto no inciso VI do art. 5º da Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, e alterações, **DECLARO** que **(Preencher) EXISTE ou INEXISTE** ação judicial que verse sobre o imóvel acima indicado objeto do requerimento de regularização onerosa.

DECLARO que as informações acima estão corretas e são verídicas, me responsabilizando por elas civil e criminalmente, conforme legislação vigente.

Limeira, de de 20 .

Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a)

ANEXO 04-A: DECLARAÇÃO DE AÇÃO JUDICIAL PARA PROPRIETÁRIO PESSOA FÍSICA

O reconhecimento de firma poderá ser efetuado por funcionário público através de representação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura do proprietário e em não havendo semelhança será solicitada a assinatura presencial facultando ao interessado o reconhecimento em Cartório.

DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA OU INEXISTÊNCIA DE AÇÃO JUDICIAL QUE VERSE SOBRE O IMÓVEL OBJETO DA REGULARIZAÇÃO ONEROSA

Nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, representante legalmente instituído da **Razão Social da Pessoa Jurídica**, CNPJ nº _____, com sede na Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, UF _____, CEP _____, proprietária do imóvel localizado à Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, inscrito no Cadastro Municipal sob o nº _____, para fins de atendimento ao disposto no inciso VI do art. 5º da Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, e alterações, **DECLARO** que **(Preencher) EXISTE ou INEXISTE** ação judicial que verse sobre o imóvel acima indicado objeto do requerimento de regularização onerosa.

DECLARO que as informações acima estão corretas e são verídicas, me responsabilizando por elas civil e criminalmente, conforme legislação vigente.

Limeira, de de 20 .

Nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica/ Razão Social

ANEXO 04-8: DECLARAÇÃO DE AÇÃO JUDICIAL PARA PROPRIETÁRIO PESSOA JURÍDICA

O reconhecimento de firma poderá ser efetuado por funcionário público através de representação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura do proprietário e em não havendo semelhança será solicitada a assinatura presencial facultando ao interessado o reconhecimento em Cartório.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a), portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____ e **Nome do(a) responsável técnico(a)**, portador(a) do Registro Geral (RG) nº _____, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº _____, para fins de atendimento ao disposto no art. 3º, da Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, e alterações, vimos por meio desta, DECLARAR que:

Eu, **Nome do(a) responsável técnico(a)**, na qualidade de responsável técnico pela edificação, DECLARO que a mesma atende todas as normas vigentes relativas à legislação sanitária, aos direitos de vizinhança previstos no Código Civil e às normas de acessibilidade aos portadores de deficiência e de mobilidade reduzida, no que diz respeito a NBR 9050 e o Decreto Federal nº 5.296/04.

DECLARO, ainda, que a edificação está em condições plenas de segurança e não apresenta riscos, materiais ou físicos de qualquer natureza, ao proprietário e a terceiros que venham a se utilizar do imóvel que ora se pretende regularizar.

Eu, **Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a)**, na qualidade de proprietário(a) do imóvel localizado à Rua/Avenida _____, nº _____, Bairro _____, inscrito no Cadastro Municipal sob o nº _____, estou ciente das condições de habitabilidade, salubridade, devassamento e acessibilidade e assumo juntamente com o(a) responsável técnico(a), toda e qualquer responsabilidade decorrente de eventual descumprimento das normas acima descritas de que tomei conhecimento.

DECLARAMOS também, que para todos os efeitos legais, o imóvel acima descrito não se enquadra em nenhuma das situações do art. 3º da Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, e alterações, e que estamos cientes de que depois de iniciado o

processo de regularização previsto na referida legislação municipal, o mesmo não poderá ser arquivado sem que sejam tomadas as medidas necessárias quanto a tributos e cadastramento da área.

Limeira, de de 20 .

Nome do(a) Proprietário(a)/Compromissário(a)

Nome do(a) responsável técnico(a)

ANEXO 05-A: DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - PESSOA FÍSICA

O reconhecimento de firma poderá ser efetuado por funcionário público através de representação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura do proprietário e em não havendo semelhança será solicitada a assinatura presencial facultando ao interessado o reconhecimento em Cartório.

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

Nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica, portador(a) do Registro Geral (RG) nº , inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº , representante legalmente instituído da **Razão Social da Pessoa Jurídica**, CNPJ nº , com sede na Rua/Avenida , nº , Bairro , Cidade , UF , CEP , e **Nome do(a) responsável técnico(a)**, portador(a) do Registro Geral (RG) nº , inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o nº , para fins de atendimento ao disposto no art. 3º, da Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, e alterações, vimos por meio desta, DECLARAR que:

Eu, **Nome do(a) responsável técnico(a)**, na qualidade de responsável técnico pela edificação, DECLARO que a mesma atende todas as normas vigentes relativas à legislação sanitária, aos direitos de vizinhança previstos no Código Civil e às normas de acessibilidade aos portadores de deficiência e de mobilidade reduzida, no que diz respeito a NBR 9050 e o Decreto Federal nº 5.296/04.

DECLARO, ainda, que a edificação está em condições plenas de segurança e não apresenta riscos, materiais ou físicos de qualquer natureza, ao proprietário e a terceiros que venham a se utilizar do imóvel que ora se pretende regularizar.

Eu, **Nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica**, representante legalmente instituído da Razão Social da Pessoa Jurídica, na qualidade de proprietária do imóvel localizado à Rua/Avenida , nº , Bairro , inscrito no Cadastro Municipal sob o nº , estou ciente das condições de habitabilidade, salubridade, devassamento e acessibilidade e assumo juntamente com o responsável técnico, toda e qualquer responsabilidade decorrente de eventual descumprimento das normas acima descritas de que tomei conhecimento.

DECLARAMOS também, que para todos os efeitos legais, o imóvel acima descrito não se enquadra em nenhuma das situações do art. 3º da Lei Complementar nº 782, de 12 de julho de 2017, e alterações, e que estamos cientes de que depois de iniciado o processo de regularização previsto na referida legislação municipal, o mesmo não poderá ser arquivado sem que sejam tomadas as medidas necessárias quanto a tributos e cadastramento da área.

Limeira, de de 20 .

Nome do(a) Representante da Pessoa Jurídica/ Razão Social da Pessoa Jurídica

Nome do(a) responsável técnico(a)

ANEXO 05-8: DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - PESSOA JURÍDICA

O reconhecimento de firma poderá ser efetuado por funcionário público através de representação de documento de identificação com foto e a respectiva assinatura do proprietário e em não havendo semelhança será solicitada a assinatura presencial facultando ao interessado o reconhecimento em Cartório.

* Este texto não substitui a publicação oficial.